



LIGAÇÕES PERIGOSAS: ESTADO E GUERRA NA AMÉRICA LATINA

Antonio Mitre

Working Paper nº 7, Julio de 2010



www.plataformademocratica.org

Ligações Perigosas: Estado e guerra na América Latina

Antonio Mitre

I. Introdução

Nos primórdios do pensamento político moderno, Estado e Guerra surgem implicados numa relação de reciprocidade causal que, desde então, se configura como um jogo de espelhos na literatura sobre o tema. Maquiavel foi o primeiro a formular, no capítulo XII de *O Príncipe*, o caráter especular desse vínculo e o problema metodológico nele implícito:

As principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas.¹

Quatro séculos depois, se firmará a ideia de que o monopólio da violência legítima é um elemento intrínseco à definição do Estado moderno, cujo nascimento e consolidação devem-se tanto às armas quanto estas às vicissitudes daquele: “Estados fazem guerras e guerras fazem Estados”.² Trata-se, pois, de uma equação na qual ambos os termos aparecem umbilicalmente unidos, pelo que convém separá-los analiticamente, como recomenda o escritor florentino, para evitar a reflexividade na hora de determinar o peso que cabe a cada um na produção de acontecimentos e processos específicos. Na sentença acima citada, há um desafio adicional: o de estabelecer as condições sob as quais se daria essa articulação causal, assim como seus limites, uma vez que guerras não fazem sempre Estados, nem estes são feitos unicamente por guerras. Estão postos, aí, os problemas e dilemas em torno dos quais gira o presente trabalho, que tem como foco os países latino-americanos.

As teorias clássicas relativas ao assunto que nos interessa têm sido elaboradas com base no exame da gênese, constituição e trajetória dos Estados europeus.³ O que fica em destaque nessa literatura não é apenas o fato de o próprio conceito de Estado moderno ser impensável sem o de guerra, mas também a noção de que a experiência bélica determina, em boa medida, todos os elementos responsáveis pela sua constituição e consistência internas: estruturas de autoridade, capacidade administrativa, legitimidade e níveis de inclusão.⁴ Sob esse ângulo, a ênfase no impacto devastador das guerras é contrabalançada com ponderações sobre seu “poder construtivo”: guerras demandam toda classe de recursos humanos e materiais que só novas formas de organização política podem atender; destarte, elas contribuem para a centralização do poder e o desenvolvimento da base institucional do Estado ao tornar mais ampla, complexa e eficiente sua máquina administrativa. Conflitos bélicos também estimulam a criação e difusão de tecnologias, promovem o espírito nacional, a mobilização e incorporação social e política de amplos segmentos da população. Em

¹ Maquiavel, 1991, p. 49.

² Centeno, 2002, p. 102.

³ Por exemplo: Weber, Finer, Best e Tilly.

⁴ Centeno, 2002, p. 15.

síntese, as guerras cumprem um papel decisivo na configuração do Estado moderno, entendido esse como um núcleo de autoridade política centralizada, com capacidade efetiva de integrar, controlar e proteger sua população e território.⁵ No longo prazo, o corolário desse processo histórico seria a diminuição da violência interna, embora não necessariamente dos conflitos armados entre os próprios Estados, os quais, pelo contrário, tendem a aumentar no decorrer dos séculos (anexo 1). A antiga tese de Hobbes alude ao caráter bifronte dessa condição: o pacto resolve o problema da guerra civil para dentro dos territórios controlados pelos respectivos Estados, mas, com relação ao cenário externo, o melhor que esses podem fazer é apontar seus canhões para a fronteira.

A América Latina, antes lembrada apenas para identificar desvios com relação ao curso padrão fixado e às generalizações e predições formuladas pelas grandes teorias, passou a ser vista, nas últimas décadas, como um vasto laboratório para testá-las, revelar suas deficiências e, no limite, gerar novas hipóteses. Sobre a questão que nos ocupa – as relações entre Estado e Guerra –, a trajetória da região mostra-se ainda mais convidativa, uma vez que, em todos os aspectos substantivos, ela é o perfeito reverso das tendências que se verificam em outras áreas do planeta.⁶ Em primeiro lugar, a América Latina surpreende pela imutabilidade de seu cenário estatal, caracterizado, com apenas uma exceção, pela ausência de fraturas territoriais que tenham dado origem à formação de novas entidades. Com efeito, ao observar o percurso dos países latino-americanos, desde sua formação até os dias de hoje, verifica-se uma marcada continuidade com respeito ao quadro original, configurado no início do século XIX – fenômeno que contrasta com o que se observa no Velho Continente, cujos mapas são redesenhadados periodicamente à força de processos separatistas e nacionalistas de variada índole. Na região americana, embora tenha havido frequentes redefinições de fronteiras, com a transferência de franjas territoriais de um Estado para outro, as cisões provocadas por conflitos internacionais, guerras civis, levantamentos indígenas ou lutas regionalistas não redundaram na extinção de soberanias já constituídas, nem na emergência de novas entidades. De fato, a divisão política da América Latina é hoje substancialmente a mesma que se materializou uma vez terminadas as guerras de Independência. Dos vinte países existentes na atualidade, dezoito se constituíram como Estados soberanos na primeira metade do século XIX, Cuba se libertou da Espanha em 1899, e o Panamá se desprendeu da Colômbia em 1903.

Pois bem, um dos fatores que contribuiu para afiançar essa estabilidade foi justamente o número pequeno e decrescente de guerras entre os Estados latino-americanos durante os

⁵ Tilly, 1992, p.100-3.

⁶ Meses depois de publicar meu ensaio, *Nosotros que nos queremos tanto. Estado, modernización y separatismo: una interpretación del proceso boliviano*, 2008, enquanto realizava pesquisa para o presente trabalho, tomei conhecimento da obra de Miguel Angel Centeno, *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*, publicada em 2002. Nesse estudo, o autor destaca o mesmo paradoxo em torno do qual tinha elaborado alguns de meus argumentos sobre a trajetória do Estado na América Latina, vale dizer, sua frágil constituição interna expressa, sobretudo, nos níveis de violência doméstica e, ao mesmo tempo, a relativa paz de que tem gozado no cenário externo ao longo dos dois últimos séculos, plasmada por um número pequeno e decrescente de guerras entre os países da região. O paradoxo, tacitamente reconhecido, mas pouco problematizado, pela historiografia tradicional, salta aos olhos de qualquer um que tenha como foco de reflexão as relações entre Guerra e Estado no âmbito latino-americano. A idéia de que a trajetória estatal latino-americana é quase o perfeito reverso da que se constata em outras regiões está na base das similitudes existentes entre meu trabalho e o de Centeno com relação a várias analogias e alguns argumentos, ainda que na explicação das causas existam diferenças importantes que serão assinaladas neste texto. De toda maneira, embora eu lamente não haver podido aproveitar, naquela ocasião, o sistemático e bem fundamentado estudo de Centeno, por outro lado, fico reconfortado ao constatar que várias das idéias centrais que eu havia formulado sumariamente em meu ensaio encontram sustentação conceitual e empírica em sua obra.

séculos XIX e XX. Não se trata de passar por alto as várias e devastadoras contendas internacionais nas quais os países da região participaram, mas apenas de apontar uma tendência, por fortuna declinante e oposta à que se verifica em outras áreas do globo, durante o mesmo arco temporal.⁷ Com efeito, dos 42 conflitos armados que ocorreram na América Latina no século XIX, só 7 o foram entre países da região, 25 referem-se a incursões de tropas ou guerras realizadas pelos Estados Unidos, e outros 10 a intervenções ou enfrentamentos armados iniciados por países europeus (anexo 2). Sem embargo, quando se amplia o marco temporal e se contabilizam apenas os conflitos qualificados como guerras internacionais *stricto sensu* – portanto, sem incluir aquelas que fizeram parte do processo de emergência dos Estados, nem os bloqueios ou as numerosas intervenções norte-americanas na América Central e no Caribe – verifica-se, então, que houve na América Latina, ao longo dos séculos XIX e XX, um total de 23 contendas bélicas, das quais 11 envolveram potências estrangeiras contra países da região: os Estados Unidos participaram de duas, contra o México e contra a Espanha, os países europeus em sete ocasiões, das quais quatro foram promovidas pela Espanha na tentativa de retomar ou preservar suas colônias, uma pela França, outra por uma aliança de países europeus e, no único acontecimento desse tipo no século XX, a Inglaterra enfrentou a Argentina nas Malvinas. Ao longo desses dois séculos, o número de guerras entre países latino-americanos foi de 12: sete aconteceram, no século XIX, e cinco no século XX e, de todas elas, só três podem ser consideradas grandes, em função da participação de exércitos convencionais, impacto territorial, tempo de duração e número de vítimas: a da Tríplice Aliança, a Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco, a única de magnitude considerável na passada centúria, (quadro 1). Outro aspecto que cabe destacar no panorama bélico da região é que a Argentina, o Brasil e o México – as maiores “potências”, tanto pelo seu peso militar, demográfico e econômico, como pela sua gravitação geopolítica – não estiveram em guerra contra nenhum Estado latino-americano nos últimos 100 anos, enquanto o Paraguai e a Bolívia, países menores, participaram, cada um separadamente ou se enfrentando entre si, em dois dos três conflitos armados de maior envergadura: Tríplice Aliança (Paraguai), Guerra do Pacífico (Bolívia) e Guerra do Chaco (Bolívia e Paraguai).

Quadro 1
Guerras na América Latina, 1830-2000

Guerras	Países envolvidos no conflito	Ano
Guerra Espanha-México	México, Espanha	1829
Guerra Grande	Argentina, Brasil, Uruguai, França, Grã-Bretanha	1836-51
Confederação Peru-Boliviana	Bolívia, Chile, Peru	1836-9
Guerra dos Pasteis	México, França	1838
Guerra Peru-Boliviana	Peru, Bolívia	1841
Guerra México-Estados Unidos	México, Estados Unidos	1846-8
Reocupação de São Domingos	Espanha, República Dominicana	1861-5
Intervenção do México	França, Grã-Bretanha, Espanha	1861
Guerra Franco Mexicana	México, França	1862-7
Equador-Colômbia	Equador, Colômbia	1863

⁷ Tilly, 1992, p. 165-6.

Guerra Peru-Espanha	Espanha, Peru	1864-6
Guerra da Tríplice Aliança	Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai	1864-70
Invasão espanhola	Bolívia, Chile, Peru, Espanha	1865-6
Guerra do Pacífico	Bolívia, Chile, Peru	1879-83
Centro-americana	Guatemala, El Salvador	1885
Independência de Cuba	Cuba, Espanha, Estados Unidos	1895-8
Guerra do Acre	Bolívia, Brasil	1899-1904
Centro-americana	Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua	1906-7
Guerra do Chaco	Bolívia, Paraguai	1932-5
Letícia	Peru, Colômbia	1932-3
Disputas de fronteiras	Peru, Equador	1932-95
A guerra do futebol	El Salvador, Honduras	1969
Guerra das Malvinas	Argentina, Inglaterra	1982

Fonte: Centeno, 2002, p. 44.

II. Guerras entre países latino-americanos: causas e consequências

Todos os conflitos armados entre países latino-americanos, excetuando o da Tríplice Aliança, têm sido qualificados como “guerras limitadas” em razão de algumas características básicas: (a) aconteceram em regiões distantes dos núcleos de maior concentração populacional; (b) não tiveram motivação ideológica, mas o alcance de objetivos econômicos pontuais; (c) envolveram exércitos de médio ou pequeno porte com soldados, geralmente recrutados das classes baixas; (d) não demandaram mobilização geral das respectivas sociedades, a ponto de serem, em muitos casos, “ignorados pelo cidadão comum” – isto é pelas classes altas e médias.⁸ Em praticamente todos os casos, os confrontos armados foram precedidos por litígios em torno à definição das fronteiras territoriais e, nesse sentido, as guerras dos séculos XIX e XX não fazem senão reproduzir o padrão de pendências latentes desde a fundação dos Estados. Mesmo assim, foram relativamente poucas as disputas por questões limítrofes que desembocaram em guerra aberta: somente 5% contra 62% na Europa.⁹

Dentro desse marco global, houve, no entanto, graduações significativas, desde as contendas confinadas a regiões de fronteira, com baixas reduzidas e consequências pouco significativas a nível nacional, até os confrontos que mobilizaram consideráveis recursos materiais e humanos, provocaram considerável número de vítimas, deixaram marcas profundas nas sociedades e, em geral, modificaram a estrutura dos Estados beligerantes.

Guerras menores

Entre os acontecimentos bélicos deste tipo, isto é, de intensidade e amplitude restritas, cabe

⁸ A guerra total se caracterizaria por: (a) crescente letalidade no campo de batalha, (b) expansão das áreas de combate que inclui não só centenas de quilômetros de fronteiras, mas alvos civis; (c) associação com formas de cruzada moral ou ideológica que contribui para demonizar o inimigo; (d) a participação de parcelas significativas da população, seja em combate direto ou em atividades de apoio; (e) militarização da sociedade na qual as instituições sociais se orientam cada vez mais para o sucesso militar e são avaliadas pela sua contribuição para o esforço de guerra. Centeno, 2002, p. 21.

⁹ Centeno, 2002, p. 69.

mencionar, por exemplo, a disputa entre Peru e Colômbia, em 1932, pelo controle do “Trapézio de Letícia”, na selva amazônica. Na ocasião, morreram menos de 200 pessoas em combate, e umas mil por doenças e condições sanitárias da região. O pleito foi finalmente decidido pela Liga das Nações, que optou por ratificar o Tratado de 1922, transferindo definitivamente para a Colômbia, em 19 de junho de 1934, o território em litígio.¹⁰ A pauta deste conflito, que se alastrou intermitentemente por décadas, é comum a vários outros, cujas causas remontam à indefinição das fronteiras territoriais, pouco conhecidas no século XIX e imprecisamente delineadas nos tratados celebrados ao longo do século XX. Foi o que aconteceu no rosário de querelas que protagonizaram Equador e Peru em 1941, 1981 e 1995 pelo controle de território adjacente à parte navegável do rio Maranhão – uma área de menos de 60 milhas quadradas. No último incidente, ocorrido em 1995, o motivo aludido pelo Equador para enviar tropas para a região foi que a comissão criada pelo Protocolo de 1942 para proceder à demarcação da fronteira não havia concluído seus trabalhos, tendo deixado mal definidas as coordenadas geográficas da parte superior do vale do Cenepa. Os contingentes armados de ambos os lados que, de fato, alcançaram o teatro de operações naquele ano somavam 5.000 homens; o Equador perdeu 100 pessoas e o Peru 400, até que os dois países, com a intermediação de quatro Estados garantes – Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos –, assinaram a Declaração de Itamaraty em 17 de março de 1995 e, em 26 de outubro de 1998, o Acordo Global e Definitivo de Paz.¹¹

Nessa mesma linha de conflitos, embora com custo territorial bem maior, situa-se a Guerra do Acre, cuja origem se deve tanto à indefinição de limites como à importância econômica que adquiriu a região, no final do século XIX. Nessa época, migrantes brasileiros, atraídos pelo auge da borracha, assentaram-se em território boliviano à margem do rio Acre. A decisão do governo da Bolívia de estabelecer uma alfândega para efetivar a arrecadação de impostos sobre a exportação da borracha motivou um levantamento armado, liderado por Galvez, que, em 1899, proclamou o Estado Independente do Acre. Inicialmente a Bolívia e o Brasil agiram de comum acordo para reprimir a insurreição, até que esse último país entendeu que seus interesses ficariam mais bem servidos declarando em litígio o território em questão. A intervenção oficial do governo brasileiro se deu em 1902, sob a justificativa de que a decisão, por parte da Bolívia, de arrendar o território a uma sociedade anglo-estadunidense comprometia a soberania de toda a região. Dividida por uma guerra civil e com enorme dificuldade de deslocar suas tropas até tão longínqua região, o governo da Bolívia não conseguiu defender esse território. Pelo Tratado de Petrópolis de 1904, o país perdeu 190 mil quilômetros quadrados para o Brasil e, à guisa de compensação, recebeu 2 milhões de libras esterlinas, e o compromisso de que seria construída uma estrada de ferro, que viria a ser a Madeira-Mamoré.¹²

Grandes guerras

As três grandes guerras dos séculos XIX e XX se diferenciam nitidamente das acima mencionadas pela intensidade e duração, assim como pelo impacto generalizado que tiveram sobre os países envolvidos. A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi, de todas, a mais letal e devastadora, e a que se aproximaria, segundo Centeno, à noção moderna de guerra total.¹³ Suas origens remontam à formação de uma complexa trama de interesses interligárquicos, desde que a Bacia do Prata se tornou, na segunda metade do século XVIII, área estratégica para o comércio e foco de intenso conflito político. A expectativa de que a

¹⁰ Foi a primeira vez que a Liga intermediou querelas no hemisfério ocidental, Scheina, 2003, p. 113.

¹¹ Cannabrava, s/d.

¹² Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 1997, p. 486.

¹³ Centeno, 2002, p. 56.

Independência do Uruguai, reconhecida em 1828, viesse a se constituir em peça-chave para a preservação do equilíbrio de poder regional ficou logo comprometida pelas redes de alianças familiares, militares, políticas e de negócios, estruturadas durante a longa fase anterior, e que agora passavam a conectar os grupos oligárquicos do Brasil e da Argentina com as respectivas facções políticas do Uruguai: o Partido Blanco e o Partido Colorado. Este último tinha vínculos estreitos com membros do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, constituído por ex-Farroupilhas ou descendentes da luta separatista de 1835-45.¹⁴ Isso fazia com que as disputas políticas travadas na Banda Oriental tendessem rapidamente a se “internacionalizar”, deixando os governos de Montevidéu sujeitos às maquinações geopolíticas das “potências” vizinhas.

Era de interesse do Brasil manter sua influência sobre o Uruguai e o Paraguai, de modo a assegurar o livre trânsito dos rios para a Província de Mato Grosso. Já para o Paraguai, cujo comércio exterior dependia de vias fluviais parcialmente controladas pela Argentina e o Brasil, a preservação do equilíbrio entre esses dois antigos rivais era tão essencial para sua sobrevivência quanto sustentar, como objetivo categórico de sua política externa, a autonomia de seu aliado natural, o Uruguai, submetido às mesmas pressões exercidas pela Argentina e pelo Brasil. Por isso também, desde a formação do Estado paraguaio, seu exército, diferentemente da maior parte dos países latino-americanos, organizou-se mais para a guerra com os vizinhos do que para agir nas lutas domésticas.¹⁵

Em 1863, no episódio que deu início ao conflito armado, o governo do Uruguai, em mãos do Partido Blanco, buscava controlar a insurreição desatada pelos Colorados que, então, contavam com suporte político e militar do Brasil. Sob a ótica do regime de D. Pedro II, a perspectiva de uma guerra, além de estimular o nacionalismo, significaria um respiro com relação ao acoso de que era alvo o sistema escravocrata por parte da opinião pública internacional, mais ainda nos meses que se seguiram à Proclama de Emancipação, feita por Lincoln nos Estados Unidos.¹⁶ Enfim, quando o exército brasileiro atravessou a fronteira para apoiar a rebelião encabeçada por Venâncio Flores, do Partido Colorado, o Paraguai respondeu, apreendendo, no rio Paraguai, o navio brasileiro “Marquês de Olinda” e fez cativo o governador do Mato Grosso, em novembro de 1864. Um mês depois, invadiu essa Província e, ato seguido, solicitou licença de passagem por território argentino para melhorar a posição de suas forças.¹⁷ Mesmo diante da negativa do governo de Mitre, Francisco Solano López decidiu ingressar na província de Corrientes, apostando no apoio de Urquiza e numa provável ruptura deste caudilho com o governo de Buenos Aires, o que acabou não acontecendo. Ao contrário, a incursão paraguaia provocou a entrada da Argentina na contenda, do lado do Brasil. Os exércitos aliados somavam aproximadamente 170.000 homens. O Brasil mobilizou uma força armada equivalente a 1,76% de sua população total, ou seja, um quinto do que significou, na mesma época, a mobilização para a Guerra Civil nos Estados Unidos: 2,5 milhões de pessoas numa população de 33 milhões de habitantes. O Paraguai mobilizou praticamente toda sua população adulta, e seu exército nacional contava com 60.000 combatentes no início do conflito.

Enfrentamento tão desigual em recursos humanos e materiais só podia ter um corolário. Mesmo assim, a guerra durou cinco anos, fundamentalmente pela obstinação de Solano López e pela bravura dos paraguaios. Os custos humanos foram devastadores para esse país,

¹⁴ Bushnell; Macaulay, 1994, p. 252.

¹⁵ López-Alves, 2001, p. 158.

¹⁶ Bushnell; Macaulay, 1994, p. 252.

¹⁷ Donghi, 1975, p. 248.

que perdeu 96% de sua população masculina e 75,75% de sua população total, isto significa que, dos 800.000 habitantes que o Paraguai tinha em 1862, aproximadamente 606.000 morreram em decorrência da guerra; o Brasil sofreu 33.000 baixas, vale dizer: 0,4% de sua população de 8,5 milhões de habitantes, e a Argentina umas 20.000, ou 1,6% de sua população que, então, era de 1.250.000 habitantes (quadro 2).¹⁸

Quadro 2
Percentagem de vítimas paraguaias com relação à sua população total
na guerra da Tríplice Aliança

Homens mortos em relação à população total	48,25%
Homens mortos em relação à população masculina	96,50%
Mulheres mortas em relação à população total	27,50%
Mulheres mortas em relação à população feminina	55,00%
Proporção total de mortos na guerra em relação à população total	75,75%

Fonte: Chiavenatto, 1993, p. 151.

A destruição provocada pelas ações bélicas colocou em risco a própria existência do Paraguai, tirando-o do mapa geopolítico do Prata.¹⁹ A reconstrução do país no pós-guerra se fez, contrariamente à sua prévia orientação econômica, sob o signo da grande propriedade privada e da abertura ao capital estrangeiro. A dependência com relação à Argentina, através de cujo sistema fluvial fazia seu comércio exterior, acabou se consolidando, assim como a primazia dessa república como mercado consumidor de seus produtos. No longo prazo, a guerra configurou o *ethos* nacional e o nacionalismo paraguaios como nenhum outro evento bélico o fez em qualquer outro país latino-americano.

O impacto da Guerra Grande é menos perceptível no caso uruguai, mas ela alentou uma sorte de modernização pela via prussiana promovendo, sob a égide do caudilhismo militar, uma aliança entre os interesses do comércio exportador e dos fazendeiros. O resultado foi o fortalecimento do Estado, a consolidação do centralismo e um aumento da repressão sobre a força de trabalho no campo. As consequências para o Brasil foram de monta e, não raro, imprevisíveis. Por um lado, as demandas da guerra estimularam a melhora de sua infraestrutura, através da abertura de novas estradas e linhas telegráficas nas províncias do sul, assim como a expansão de sua indústria têxtil. Nos termos do acordo de paz assinado na Conferência de Buenos Aires (1876), o Brasil ficou com a região entre os rios Apa e Branco, expandindo, assim, a fronteira meridional do Mato Grosso, enquanto a Argentina recebeu o território das Missões e a área conhecida como Chaco Central (Formosa).²⁰ Por outra parte, o esforço bélico, sustentado por volumosos empréstimos e, nos campos de batalha, pelas camadas mais desfavorecidas, incluídos em grande número os escravos, aprofundou a crise social e fiscal, e acelerou o fim da escravatura e do regime imperial e, por último, acentuou a dependência da economia brasileira com relação ao capital inglês, o qual, ao se expandir por todos os países da região, acabou sendo o grande favorecido ao concluir a contenda. Embora a tarefa de identificar o ganho coletivo de qualquer guerra deixe um sabor de cálculo macabro, o da Tríplice Aliança, até pelo tempo e custos envolvidos nela, talvez tenha conseguido afastar de vez a possibilidade de um confrontamento direto entre as duas potências do Atlântico sul-americano: Brasil e Argentina.

¹⁸ Há muita divergência e polêmica com relação ao número de mortos. Bushnell; Macaulay, 1994, p. 254. Consultar também: <http://www.rs.ejercito.mil.ar/Contenido/Estructura/Nro649/Revista/histomilitar.htm> http://www.cdoceeb.mil.br/Arquivos%20em%20PDF/Guerra_do_Paraguai.pdf

¹⁹ Donghi, 1975, p. 247.

²⁰ Koshiba; Pereira, 1992, p. 114.

Finalmente, uma coisa foi a guerra e outra, mais mutável e incerta, o que a historiografia fez dela. Neste caso, as interpretações têm sido função do tempo e das histórias nacionais. A fórmula Civilização e Barbárie, de forte carga referencial e sentido explícito na época, foi utilizada pelas elites vencedoras para se apresentarem como defensoras de um ideário de dimensões supranacionais, e os conflitos bélicos como episódios necessários para inserir a América bárbara na modernidade Ocidental. Entre os governos aliados, promotores da história oficial, a exegese que virou moeda corrente durante muito tempo fez da atitude agressiva e das ambições desmedidas de López a causa do conflito, e entendeu seu corolário como o triunfo da civilização e da democracia sobre o sistema bárbaro e despótico que mantinha subjugado o povo paraguaio.²¹

A Guerra do Pacífico (1879-1884), se bem que de menor intensidade que a da Tríplice Aliança, é de todos os conflitos entre os Estados latino-americanos o de maior transcendência temporal, e as numerosas tentativas de solucioná-lo por via diplomática têm sido até o momento outros tantos fracassos. Na sua gestação, é possível verificar uma pauta comum a outros acontecimentos bélicos na região: primeiro, os territórios que serão objeto de disputa situam-se em regiões fronteiriças, onde os Estados, sob cuja jurisdição se encontram inicialmente, têm fraca presença institucional; segundo, a descoberta de um ou mais produtos de exportação, altamente lucrativos em razão de sua renda diferencial, vem a modificar vertiginosamente a condição marginal desses territórios; terceiro, produz-se uma rápida “internacionalização” do espaço pela convergência de pessoas e capitais de várias nacionalidades; quarto, os conflitos de natureza socioeconômica derivam em litígios territoriais e, finalmente, em confrontamento armado.

Para a eclosão da Guerra do Pacífico contribuíram motivações de caráter geopolítico e econômico, assim como as características do processo de modernização dos países envolvidos – Chile, Peru e Bolívia. Entre as primeiras, cabe mencionar, como antecedente mais próximo, o conflito armado que envolveu esses três países de 1836 a 1839. Naquela ocasião, a causa imediata foi a união territorial e política de Peru e Bolívia, arquitetada por Andrés de Santa Cruz, a qual foi vista pelo Chile como uma ameaça à sua posição no Pacífico sul-americano. O Chile declarou guerra à Confederação e, com uma força de 5.400 homens, sob o comando de Manuel Bulnes, derrotou o exército peruano-boliviano na batalha de Yungay em 1839.²² A vitória projetou a fama do Chile como a “Prússia” da região, firmou a institucionalidade política e o controle civil das Forças Armadas.²³ Logo depois dessa guerra, foram descobertos importantes depósitos de guano e de salitre no deserto de Atacama, então sob soberania boliviana. Na década de 1840, o governo da Bolívia firmou numerosos contratos com empresários chilenos, norte-americanos e ingleses para explorar o potencial econômico da região. Entre 1842 e 1849, foram produzidas 53 mil toneladas de fertilizantes, ou uma média de 7.500 toneladas por ano e, assim, o deserto, considerado como um dos mais áridos do planeta, começava a fornecer os produtos – guano e salitre – que

²¹ No entanto, desde o início da Guerra do Paraguai, houve, na Argentina, intelectuais e caudilhos regionais que foram críticos com relação às motivações do conflito armado e o qualificaram de guerra fratricida; condenando abertamente o governo e denunciando o ufanismo nacionalista, dominante na visão brasileira. Por isso, e pela maior participação do Brasil no esforço bélico, o revisionismo foi mais urgente na historiografia desse país do que no Uruguai ou na Argentina, onde desde a época da contenda houve uma linha crítica que se iniciou com Alberdi, continuou com José Hernández, Felipe Varela, Ricardo López Jordan e se prolonga até hoje na obra de renomados historiadores como Halperin Donghi.

²² Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 1997, p. 352

²³ Centeno, 2002, p. 57.

iriam fecundar outras terras.²⁴ Em decorrência da importância econômica que o Atacama vinha tendo, o presidente boliviano, Mariano Melgarejo, fundou o Departamento do Litoral, com aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados e, ao mesmo tempo, intensificou a concessão de licenças de exploração a capitalistas nacionais e estrangeiros. O capital chileno se incorporou rapidamente a essas atividades, e seu avanço para o norte foi acompanhado por uma significativa migração de trabalhadores desse país, os quais, gradualmente, se assentaram em territórios pertencentes à Bolívia (Atacama) e ao Peru (Tarapacá). O processo de expansão para o Norte refletia, ao mesmo tempo, o frágil fundamento da indústria chilena, incapaz de reverter, no interior, o declínio de sua produção de cobre e de prata, provocado pela queda dos preços e o esgotamento dos minerais mais ricos. O afluxo de trabalhadores, provenientes, sobretudo, de Copiapó, se intensificou na década de 1870 devido à descoberta dos riquíssimos depósitos de mineral argentífero em Caracoles, no Atacama boliviano, para onde se dirigiram também numerosos empresários chilenos (quadro 3).

Quadro 3
Nacionalidade das transferências das propriedades mineiras em Caracoles
1871-1872

Chileno a chileno	233
Chileno a boliviano	21
Chileno a outras nacionalidades	30
Boliviano a chileno	14
Boliviano a boliviano	34
Boliviano a outras	7
Outras a chileno	26
Outras a bolivianos	8
Outras a distintas nacionalidades	10

Fonte: Bravo, (manuscrito).

Em pouco tempo, o Departamento do Litoral chegou a alojar 20.000 pessoas, a grande maioria de origem chilena, e o distrito de Caracoles 5.000 habitantes, dos quais 80% eram chilenos.²⁵ Em 1874, a população de Antofagasta, o porto boliviano mais importante da região, através do qual se exportava a prata de Caracoles e o salitre, era 93% chilena, e sua influência em todas as esferas – social, econômica e cultural – tão arrasadora que o prefeito de Atacama, Manuel Othon Jofré, na tentativa de proteger a soberania de seu país sobre esse território, procurou, sem sucesso, socializar os estrangeiros nas festividades e símbolos pátrios da Bolívia.²⁶ O sul peruano experimentou, igualmente, o influxo da migração e do capital chilenos. No final da década de 1860, o porto de Iquique, sob o impulso do salitre, tinha triplicado sua população, alcançando, em 1871, 12.000 habitantes, a maioria dos quais vindos do Chile. O mesmo fenômeno, embora em proporção menor, verifica-se em Tarapacá onde, três anos antes de começar a guerra, havia 10.000 chilenos, pouco menos de um terço dos 37.000 habitantes da província.²⁷

As medidas políticas que acabaram se constituindo em pretexto ou causa imediata do conflito armado devem ser vistas contra o pano de fundo da expansão demográfica e da exploração econômica de Atacama e de Tarapacá, promovida, em ambos os casos, pelo

²⁴ Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 1997, p. 416.

²⁵ Consultar: Bravo, 2000, e da mesma autora: "Caracoles: un capítulo de la historia chileno-boliviana" (manuscrito).

²⁶ Langer (manuscrito).

²⁷ Langer (manuscrito).

capital internacional a partir das bolsas de Santiago e Valparaíso. Os fatores que precipitaram a guerra foram, de um lado, à decisão do governo boliviano de gravar um imposto de 10 centavos por tonelada de salitre exportado de Atacama, e, do outro, à tentativa peruana de retomar, em Tarapacá, o controle monopolista desse recurso e incorporá-lo a seu projeto de modernização pelo alto.²⁸ E, finalmente, a descoberta, por parte do Chile, da existência de um acordo secreto de aliança militar entre o Peru e a Bolívia.

Deflagrada a guerra, houve pouca capacidade de resistência por parte da Bolívia, cujos exércitos foram derrotados no curso da primeira fase; as batalhas, por mar e terra, continuaram por mais tempo mais tempo entre as forças de Peru e Chile. Mesmo assim, em menos de dois anos, os exércitos chilenos, com um total de 26.000 homens, conseguiram ocupar uma imensa franja territorial que ia de Antofagasta a Lima. A partir da ocupação da capital peruana, a defesa desse país assumiu a forma de guerrilha, com participação de camponeses e comunários indígenas (Valle del Mantaro, Comas, guerrilha de Cáceres). Com o triunfo de suas armas, o Chile anexou a seu território as províncias peruanas de Arica e Tacna, essa última devolvida em 1929, e todo o litoral da Bolívia, país que desde então ficou sem acesso ao mar. É quase impossível saber com alguma precisão o custo humano desta guerra. Cifras oficiais dão conta de 5.600 mortos do lado do Chile; somados os desaparecidos, feridos e vítimas de doenças catalisadas pelo conflito bélico, o número de vítimas sobe para 15.000. Do lado peruano, os dados são ainda mais imprecisos, mas é consenso que as baixas foram bem maiores, talvez o dobro das chilenas, entre 11 e 12 mil, e as da Bolívia por volta de 2.100.

Se bem que no plano militar e territorial os resultados foram nitidamente favoráveis ao Chile, as consequências no âmbito socioeconômico mostram-se mais complexas e ambivalentes. Num primeiro momento, a transferência do controle dos depósitos de nitrato representou ganhos fiscais de monta para o país vitorioso. A simulação do ingresso potencial que Chile, Peru e Bolívia teriam obtido caso o primeiro não tivesse conquistado as províncias salitreiras de seus adversários revela que os governos do Peru e da Bolívia teriam, no mínimo, dobrado seus níveis históricos, e o do Chile sofrido uma queda da ordem de 80%.²⁹ Embora seja certo que a incorporação de Atacama permitiu ao Chile contornar temporariamente a crise que ameaçava levá-lo à beira da falência no início da década de 1870, concluída a guerra não só a indústria do salitre ficou em mãos estrangeiras, mas o conjunto da economia passou a depender do comportamento volátil dos preços desse produto no mercado internacional, assim como o governo dos recursos tributários provenientes de sua exportação. Em síntese, a dependência de um recurso primário que, inicialmente, gozava de elevada renda diferencial, protelou mais uma vez a transformação do sistema produtivo chileno.³⁰ Os vínculos entre o conflito armado e a modernização da estrutura estatal chilena em decorrência da guerra não foram de causa e efeito, mas de interdependência. Se, por um lado, o ritmo e a magnitude das operações militares transformaram a “fisiologia do Estado” – estimulando, por exemplo, a expansão de sua máquina burocrática até torná-la verdadeiramente nacional –, por outro, a ação rápida e eficaz da estrutura burocrática, razoavelmente aparelhada e capacitada desde bem antes do conflito, permitiu, no âmbito civil, a incorporação expedita das localidades conquistadas pelo exército, o que, por sua vez, contribuiu para a consolidação dos resultados alcançados pelas armas.

Concomitantemente a esse processo, intelectuais, políticos e jornalistas foram construindo a

²⁸ Sobre o processo, consultar: González Miranda, 2004, e Gobierno del Perú, 1878.

²⁹ Sicotte; Vizcarra; Wandschneider, 2009.

³⁰ Sobre o tema, consultar: Ortega, 2005, capítulo VI.

justificativa ideológica dessa guerra de conquista. Lançando mão da fórmula sarmientina, o acontecimento bélico foi interpretado como o avanço da civilização sobre a barbárie do deserto, o triunfo das instituições republicanas chilenas contra o despotismo brutal dos governos boliviano e peruano.³¹ Foi, justamente, no crisol desse discurso apologético que a imagem do “roto chileno” foi transferida do campo da barbárie em que se encontrava para o da civilização. Para além do impacto econômico que a usurpação da riqueza salitreira teve sobre o Chile, a participação ativa dos seus segmentos populares na Guerra do Pacífico contribuiu para valorizar a autoestima dos mesmos, e a figura do “roto”, apelativo com o qual se aludia, antes, ao marginal e indócil, passou a se constituir, como a do gaúcho na Argentina, na síntese da “alma nacional” – fenômeno que, no pós-guerra, passaria ser um “dos fatores que favoreceram poderosamente a progressão quase geométrica dos movimentos reivindicativos e de protesto social”.³²

No Peru e na Bolívia, ao contrário, a derrota estimulou a emergência de um discurso crítico da ordem social ali existente. O recrutamento da população indígena para defender um país que não sentia como o seu, e que lhe havia negado ao longo da vida republicana o direito à existência cidadã, pôs de manifesto a existência de um “problema nacional”, o qual se tornaria um tópico de época. Escritores como Manuel González Prada, no Peru, e Alcides Arguedas, na Bolívia, dirigiram seus ataques à classe dominante, buscando a substituição dos caudilhos e plutocratas por uma classe dirigente que, apoiada nos setores médios e orientada por intelectuais, realizasse a unidade nacional. Mas houve também os que entenderam a derrota como uma confirmação do caráter degradado da raça indígena, a qual, nas palavras de Ricardo Palma, “não tem sentimento patriótico e já nasce como inimigo dos brancos e dos homens da costa”.³³ Assim, ao contrário do que caberia esperar, a catástrofe do Pacífico distanciou ainda mais o país *criollo* da sociedade indígena em ambos os países.

De toda maneira, foi no âmbito da política doméstica onde aconteceram as mudanças mais significativas nas repúblicas que perderam a guerra. Na Bolívia, o conflito bélico criou as condições para que o controle do Estado, tradicionalmente em mãos de caudilhos militares, passasse para um grupo de empresários da indústria da mineração, cuja ascensão econômica tinha se produzido ao longo do período 1850-1870. A nova elite, que assumiu o poder logo depois de firmado o Pacto de Trégua (1884), modernizou a estrutura de transportes, reformou o sistema econômico, extinguindo vários de seus fundamentos coloniais, e, sobretudo, sentou as bases para a estabilidade institucional do país. Foi precisamente a polêmica travada com relação à direção que deveria seguir a política boliviana com relação ao Chile que acabou configurando o perfil dos dois partidos civis – Conservador e Liberal – que iriam disputar o poder ao longo da chamada República Oligárquica (1884-1920).³⁴

Por último, após a catástrofe do Pacífico, a Bolívia recuou para dentro de seu núcleo montanhoso quando, paradoxalmente, sua economia se integrava ao mercado internacional. Nessas circunstâncias, floresceu a doutrina andinista que identificou a essência da nacionalidade com a plataforma histórica, cultural e geográfica do Altiplano, exacerbando a dicotomia entre as regiões ocidental e oriental da república. E, assim, a idéia de nação, que no nível social tinha excluído ora o índio, ora o *criollo*, e quase sempre o mestiço, passou a discriminá-lo, no nível geográfico, as regiões ao deixar de fora de sua configuração simbólica, literária e cultural o extenso habitat vizinho do maciço andino. O predomínio de uma visão essencialista da nacionalidade, baseada numa sorte de fatalismo geográfico, levou a

³¹ Mc Evoy, 2006a. Ver também: Mc Evoy, 2006b.

³² Morris, 1967. Consultar também: Grez Toso, 1995.

³³ Citado por Earle, 2000, p. 82.

³⁴ Klein (manuscrito).

identificar o Altiplano como a morada da nação, privando as culturas da planície do status de membros natos. A Guerra do Pacífico não foi a causa dessa trajetória, mas certamente que contribuiu a fixá-la ao apagar o horizonte marítimo do quadro de alternativas cogitadas para o desenvolvimento do país.

A Guerra do Chaco foi, no século XX, o único conflito armado latino-americano de grande porte. Na contenda participaram dois países que, no século XIX, haviam perdido sua condição marítima: Paraguai e Bolívia. Este último, mais enclausurado ainda pela geografia, percebia a região do Chaco com uma possível rota fluvial para o Atlântico. O território em disputa achava-se dentro de um triângulo definido por três rios: o Parapeti (Departamento de Santa Cruz), o Pilcomayo e o Paraguai. A área em litígio, o Chaco Boreal, era pouco habitada devido aos pântanos, à escassez de água potável e à presença infernal de mosquitos. A interpretação dominante durante muito tempo aduzia como causa do conflito o interesse pelos campos petrolíferos disputados por duas companhias internacionais, a Standard Oil de New Jersey e a Royal Dutch Shell, apoiadas pelos governos da Bolívia e do Paraguai, respectivamente.³⁵ Sob essa ótica, tratar-se-ia de uma guerra essencialmente imperialista que envolveu na sua trama dois Estados pobres e dependentes. Na verdade, nem o Chaco Boreal tinha petróleo, nem os campos petrolíferos situados em solo boliviano faziam parte do território em litígio, e quando estes entraram na mira dos paraguaios a contenda bélica já se achava na sua fase final. Fronteiras mal definidas por tratados anteriormente subscritos, conjunturas domésticas agravadas pela crise de 1929, e a secular aspiração da Bolívia de viabilizar sua conexão com o mar explicam melhor os motivos dessa guerra.

Ao longo da década de vinte tinham-se produzido vários enfrentamentos de pequenos contingentes armados que patrulhavam a região, mas todos foram temporariamente superados através de negociações diretas entre os dois países. Em abril de 1932, um avião boliviano de reconhecimento descobriu um depósito de água doce (Laguna Chuquisaca) no Chaco Central, e a expedição enviada para estabelecer um acampamento na beira oriental deparou-se com a presença de um forte paraguaio construído no mesmo lugar, batizado com outro nome: Lago Pitiantuta. Poucos meses depois, soldados bolivianos atacaram e expulsaram a patrulha paraguaia. O governo desse país interpretou o acontecimento como uma violação do acordo de não-agressão estipulado em 1931, e as hostilidades começaram.³⁶ No decorrer do conflito armado (1932-1935), a Bolívia, cuja população era então de 3 milhões de habitantes, mobilizou três exércitos e um total de 250 mil homens; a estratificação das forças armadas refletia a da nação: a oficialidade era criolla branca, e a tropa, constituída maiormente por índios aymaras e quéchuas, mal preparada e pior abastecida para o tipo de guerra distante da área montanhosa.³⁷ Cerca de 52.400 soldados bolivianos perderam a vida, uma parte considerável pelas condições inóspitas do lugar, e 24.000 foram feitos prisioneiros. O custo da guerra para a Bolívia foi de 228 milhões de dólares, financiados pelo Banco Central e por empréstimos negociados com os empresários mineiros, uma vez que o crédito internacional tinha sido cortado.³⁸ O Paraguai, com uma população de 900 mil habitantes, mobilizou 100.000 homens, dos quais 36.000 morreram e 2.500 foram feitos prisioneiros, e o custo financeiro para esse país foi de 128 milhões de dólares.³⁹ Apesar da superioridade numérica de seus exércitos e força área, a Bolívia perdeu a guerra, em boa medida pela dificuldade de abastecer suas linhas, e pela inoperância de vários de seus chefes militares e políticos. Já o Paraguai – que, além de contar com a

³⁵ Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 1997, p. 530.

³⁶ Scheina, 2003, p. 85.

³⁷ Scheina, 2003, p. 103.

³⁸ Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 1997, p. 539.

³⁹ Scheina, 2003, p.103.

acertada condução de seus altos mandos, concentrava população e estrutura administrativa na beira meridional do Chaco – pôde transportar com rapidez tropa, água e víveres para o front e, desse modo, tirar proveito logístico de sua posição. O Paraguai ocupou 90% do Chaco e, assinado o tratado de paz, ficou com 80% do território disputado, um ganho real de 52.395 milhas quadradas, com relação à extensão do Chaco que controlava antes da guerra.

As consequências do conflito se processaram dentro dos próprios países beligerantes e não transcederam, sequer, para o âmbito regional. A guerra trouxe de volta os militares para o primeiro plano da política doméstica de ambos Estados. Curiosamente, o triunfo na contenda revitalizou o mito da Primeira República (1810-1870) como a idade de ouro do Paraguai potência.⁴⁰ Se bem que o Paraguai pôde, com a vitória, reforçar o orgulho nacional, o saldo foi danoso para sua democracia, a qual sucumbiu logo depois, diante da investida de sucessivos golpes militares e regimes conservadores. Na Bolívia, a derrota provocou profundas transformações de signo parcialmente distinto: ela fechou um longo ciclo de governos civis e oligárquicos, desatou as forças sociais e configurou os atores políticos que, posteriormente, desencadeariam a Revolução de 1952. O contato e a necessária interdependência propiciados pela guerra entre as distintas camadas da sociedade, até então insuladas dentro de rígidas fronteiras étnicas, fizeram surgir uma nova consciência coletiva de élan nacionalista. A mobilização e participação ativa da população indígena na defesa do país geraram, sobretudo entre os setores campesinos, “uma sensação de direito adquirido no campo de batalha”, que rapidamente se expressaria em demandas por reforma agrária.⁴¹ Os governos militares que se seguiram imediatamente realizaram as primeiras experiências de socialismo de Estado, nacionalizaram as empresas petrolíferas e começaram a golpear os interesses das três grandes empresas produtoras de estanho. Ideias nacionalistas e socialistas, antes sustentadas por pequenos grupos, se tornaram moeda corrente entre jovens e ex-combatentes, e deram origem à formação de novos partidos, entre eles o Movimento Nacionalista Revolucionário que lideraria a revolta popular e assumiria o poder em 9 de abril de 1952.⁴²

Pode-se concluir, pelo visto até aqui, que as maiores guerras latino-americanas, não obstante qualificadas como limitadas, tiveram consequências de amplo alcance, uma vez que contribuíram a mudar traços fundamentais dos sistemas sociais, econômicos e políticos vigentes antes de sua deflagração. Seguramente que elas não foram causa suficiente das transformações apontadas nos distintos casos, mas não há dúvida que criaram as condições para sua materialização e, em certos casos, configuraram as forças sociais responsáveis pelas mesmas. É possível reconhecer até hoje o legado das guerras em várias dimensões da vida nacional desses Estados.

III. As marcas das grandes guerras no presente

A Guerra do Pacífico deixou cicatrizes e traumas nas sociedades de todos os países que participaram diretamente no conflito. O problema da mediterraneidade passou a ser, após a guerra, a principal reivindicação posta pela Bolívia nos foros internacionais; ela configura, desde então, as relações com o Chile, as quais estão expostas a crises intermitentes, apesar dos fortes vínculos econômicos e culturais que existem entre eles. Faz mais de meio século que ambos os Estados não mantêm relações diplomáticas; elas foram rompidas em 1962 e, depois de reatadas no breve interregno dos governos de Banzer e Pinochet, a Bolívia voltou

⁴⁰ Ver, por exemplo, Juan Natalicio González.

⁴¹ Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 1997, p. 541.

⁴² Klein, 2003, p. 175.

a suspendê-las em 1978, e assim continuam até hoje.⁴³ De toda forma, sempre houve, no Chile, pessoas e instituições, no âmbito privado e público, que abriram canais de comunicação, reconhecendo, quando não a injustiça perpetrada contra Bolívia, ao menos a legítima aspiração desse país a ter um acesso soberano ao mar. A convicção de que só assim se poderá alcançar uma solução definitiva tem sido expressa reiteradas vezes por políticos, historiadores, escritores, e, alguma vez, até pelo próprio Pinochet, com áspero pragmatismo: “A aspiração de possuir uma saída ao mar é comum a todos os Estados que se vêm privados desse contato; a atração é enorme. É uma força geopolítica que opera sempre que se lhe apresenta a ocasião e que nenhum tratado consegue extinguir”.⁴⁴ Foi precisamente durante as ditaduras de Pinochet e Banzer que, com base nos acordos de Charaña, mais se avançou nesse sentido. Sem embargo, as tentativas de solução têm sido dificultadas pelo caráter trilateral do conflito, e pela capacidade do governo peruano de sustar as negociações diretas entre Chile e Bolívia, ou porque as julga contrárias a seus interesses ou porque comprometem territórios que considera litigiosos. Foi o que aconteceu, em 1976, com relação à proposta chilena de ceder à Bolívia uma saída ao Pacífico em troca de 5.000 km² de território boliviano, próximo à Lagoa Colorada, cujas águas serviriam para abastecer as indústrias de cobre chilenas. A intervenção do Peru, envolvida num duelo histórico com Chile pela hegemonia no Pacífico sul-americano, fez abortar o processo de negociação.⁴⁵

Recentemente, a emergência de governos de esquerda e as necessidades criadas pelo novo contexto regional e mundial têm favorecido a que a demanda marítima boliviana comece a ser abordada sob uma perspectiva que, distintamente do discurso nacionalista tradicional, destaca a cooperação e os ganhos coletivos de um eventual acordo. A mudança se adverte na agenda bilateral dos 13 pontos, acordada entre os governos de Morales e Bachelet, que incorpora o tema marítimo e promove a distensão através de nutrido programa de contatos bilaterais em níveis ministerial, parlamentar, militar, empresarial e estudantil. A recente declaração de Morales por ocasião do Dia do Mar é ilustrativa do novo espírito que anima esse tipo de estratégia: “À margem destes problemas históricos, em primeiro lugar está a integração, e é lógico esperar que, mediante o diálogo de país a país, sob o controle de nossos povos, resolvam-se estes problemas”. Mas cabe lembrar que a disposição do governo não é necessariamente a da sociedade a qual, em geral, ainda nutre profundas mágoas com relação ao Chile, receia suas verdadeiras intenções e não o considera um parceiro confiável. A vigência desse sentimento, com um toque de revanchismo, transpareceu de maneira dramática na condenação quase unânime da sociedade boliviana à iniciativa do governo de Sánchez de Lozada de exportar gás através de território e portos chilenos. A queda do presidente, catalizada pela guerra do gás, em outubro de 2003, mostra a força mobilizadora e consensual do tema marítimo na Bolívia.

Algo semelhante acontece no Peru, onde o sentimento anti-chileno é mais acentuado, talvez em razão da extensão que alcançou a ocupação militar e a trilha de depredação e de violações que os exércitos chilenos deixaram na sua marcha pelo interior do país. A memória da resistência é um capital simbólico que ainda produz dividendos na política interna peruana, alimentando movimentos nacionalistas como o cacerista, e a projeção de caudilhos

⁴³ Em 1962, a Bolívia rompeu relações diplomáticas devido a que o Chile desviou unilateralmente as águas do rio Lauca, de curso internacional entre os dois países.

⁴⁴ Baptista Gumucio, 1999, p. 8.

⁴⁵ A necessidade do Chile de recursos hídricos na região norte tem impulsionado negociações baseadas na idéia de uma troca de “água salgada por água doce”, isto é, acesso ao mar por fontes de água para as populações e atividades econômicas da região.

populistas, como Ollanta Humala.⁴⁶ O incidente diplomático provocado pelo simples anúncio de um canal de televisão chileno, cujo sinal alcança algumas regiões do Peru, de que iria transmitir um documentário sobre o conflito bélico revela o quanto a Guerra do Pacífico continua sendo um tema altamente inflamável para a população peruana, e a consciência que têm ambos os governos de seu potencial para avivar o nacionalismo revanchista. Na ocasião, a iniciativa suscitou a imediata reação da chancelaria peruana e o cancelamento da exibição, a pedido das próprias autoridades chilenas que, embora reconhecessem o caráter imparcial do programa, acharam imprudente jogar mais lenha na fogueira. Do outro lado, a percepção que a opinião pública chilena tem da Bolívia e do Peru também não ajuda a aliviar as tensões: sobrevive até hoje uma visão chauvinista e preconceituosa, não raro alimentada pela imprensa que, ao mesmo tempo em que se ocupa de noticiar diligentemente o que neles acontece, carrega nos aspectos que tendem a confirmar o estereótipo de países mendicantes, baderneiros, repletos de delituosos e índios bárbaros.

Já nas relações diplomáticas dos países envolvidos na Guerra da Tríplice Aliança não têm surgido demandas de restituição territorial. Mesmo assim, a consciência de que é devida uma reparação histórica, capaz de restabelecer a verdade sobre essa guerra, permeia a política externa e tinge as relações do Paraguai com seus vizinhos, concretamente com os do Mercosul, sobretudo com o Brasil, percebido com especial animosidade pelos paraguaios. Na prática, a cobrança se traduz, de maneira mais tácita do que explícita, no marco das instituições regionais e diz respeito a que os países aliados devem uma compensação, não apenas moral, e que todos em conjunto precisariam cuidar melhor das populações guaranis que ficaram divididas pelas fronteiras estabelecidas após o conflito armado.

IV. Os motivos da paz americana

Não obstante o significativo impacto das grandes guerras sobre os países envolvidos, a região latino-americana, conformada por nada menos que vinte Estados, tem desfrutado de uma considerável e crescente paz no cenário internacional ao longo dos dois últimos séculos. Excetuando a Guerra da Tríplice Aliança, verdadeiramente feroz e extermínadora, o número de mortes em decorrência de conflitos armados entre os Estados da região foi muito menor do que se verifica entre as nações da Europa e América do Norte que “têm matado dezenas de milhões mais de pessoas, e a um ritmo mais acelerado” e crescente. A América Latina, ao contrário, tem se distinguido na construção de um sistema intercontinental de conferências e tratados para a solução dos conflitos muito antes que essa prática se tornasse comum ou se generalizasse.⁴⁷ O tema da guerra parece não ser popular nem entre os militares da região. Análise feita por Centeno de revistas especializadas de 10 países revela que, do total de artigos publicados ao longo de mais de um século, as matérias dedicadas à análise estratégica de possíveis conflitos bélicos regionais representam uma ínfima proporção. Na Argentina, por exemplo, dos 2.500 artigos da *Revista del Círculo Militar*, só dois tratam desse assunto, e no Chile apenas quatro de 2.790 artigos.⁴⁸

São vários os fatores que têm sido propostos para explicar o pacifismo da trajetória interestatal latino-americana. Para alguns, a tendência leva uma marca de nascença, e refere-se ao fato de as guerras da Independência não terem exigido a militarização da sociedade. Ao mesmo tempo, o projeto de constituir a unidade americana foi, desde os tempos de Bolívar, simultâneo às tentativas de instituir os Estados nacionais, o que deve ter contribuído

⁴⁶ Durante a campanha eleitoral, Humala, que acabou tendo uma elevada votação no primeiro turno, fez constantes alusões à Guerra do Pacífico e aos territórios perdidos pelo Peru e pela Bolívia.

⁴⁷ Centeno, 2002, p. 37 e 70.

⁴⁸ Centeno, 2002, p. 78.

para que os países, engendrados pelo mesmo impulso e quase juntos, não fossem percebidos como concorrentes ou inimigos potenciais por seus vizinhos. Em tal sentido, cabe lembrar que dois grandes exércitos, um liderado por San Martín, no sul, e outro por Bolívar, no norte, foram responsáveis, em não pequena medida, pela liberação de toda a região sul-americana, exceto o Brasil. Em outras palavras, as guerras pela *pátria grande* faziam parte intrínseca das lutas locais contra o poder colonial. Mais ainda, a identidade nacional, vinculada desde seus primórdios ao senso de pertença à comunidade americana, acoplou-se logo à consciência de que não havia fortes motivos materiais que aproximasse os países da região, já que, na visão das elites modernizadoras, os fatores capazes de impulsionar o desenvolvimento – imigração, capitais, comércio – “só podiam vir de ultramar”.⁴⁹ Assim, enquanto a união dos novos Estados ia enraizando no discurso, a dura realidade material os distanciava e, dessa maneira, as chances de se enfrentarem entre si por razões econômicas, sem mediação de potência estrangeira interessada por algum recurso, diminuíam consideravelmente.

Em época mais recente, após a Primeira Guerra Mundial, há que se destacar o surgimento da hegemonia dos Estados Unidos, a qual, além de se constituir numa força amortecedora do impacto que os conflitos extracontinentais tiveram na região, foi um poder moderador das contendas interestatais, sem menoscabo das reiteradas incursões e invasões perpetradas no que considerava ser sua área de influência.⁵⁰ Além de os Estados possuírem largas fronteiras e territórios pouco povoados, também foi benéfico o fato de os nacionalismos terem se constituído tardivamente, não em oposição a situações de dominação estrangeira ou de conflitos com outros Estados, mas, fundamentalmente, como alavanca do processo de industrialização ou de projetos de desenvolvimento.⁵¹ Quando essa fase foi alcançada, fazia tempo que o inimigo imaginado, de que todo discurso nacionalista lança mão, já tinha encarnado, em toda a América Latina, na figura do Império: os Estados Unidos, um poder inabordável militarmente e para o qual o “império do mal” fora, primeiro, a Inglaterra, logo a Alemanha e, mais tarde, a União Soviética. Desse modo, o candente anti-imperialismo ao sul do Rio Bravo veio a se tornar, paradoxalmente, um antídoto eficaz contra o “nacionalismo agressivo” e, nas circunstâncias da “Pax Americana”, de consequências relativamente menos catastróficas do ponto de vista bélico.⁵² Isso explica também a dramática diminuição de intervenções ou guerras auspiciadas por potências europeias contra países da América Latina.

Nessa mesma linha, há que se mencionar o cultivo, por uma parcela importante da intelectualidade latino-americana, de uma vocação pacifista que atravessa os dois séculos de existência republicana, e cuja expressão mais enfática plasmou-se na obra de Juan Bautista Alberdi.⁵³ Tampouco houve país latino-americano que, na sua trajetória histórica, tenha exercido domínio e exploração colonial de populações e territórios situados fora de sua jurisdição política, não obstante o fato de os grupos indígenas estarem submetidos a essa condição no interior de seus respectivos países. Tanto é assim que, na percepção das

⁴⁹ Alberdi, 1998.

⁵⁰ Sobre as numerosas atividades que o Departamento de Estado norte-americano desenvolveu para reduzir os riscos de conflitos bélicos na região, consultar Stuart, 1949.

⁵¹ Com relação à natureza do nacionalismo na região, um autor argumenta que a América Latina não produziu a atmosfera artística e cultural que envolveu o dogma nacionalista na Europa. O romantismo latino-americano não serviu de base ao nacionalismo. Seus praticantes passaram mais tempo elogiando a beleza natural do que a pureza étnica ou a história do país. Centeno, 2002, p. 173.

⁵² É bom lembrar que se bem, em conjunto, os Estados latino-americanos se mostram pouco dispostos a fazer da guerra um elemento central do discurso nacionalista, no Chile e no Paraguai o peso dessa variável é maior.

⁵³ Sobretudo *El crimen de la guerra*.

oligarquias no poder, muitas vezes conectadas e identificadas entre si à maneira das monarquias transnacionais, o inimigo achava-se dentro de casa, materializado nas figuras do índio ou do opositor político. Em síntese, o anticolonialismo, o anti-imperialismo, o pacifismo e a identidade “criolla” americana presentes no nascêdouro dos distintos países da América Latina, inibiram os confrontamentos entre Estados, assim como a possibilidade de potências da semiperiferia, como Brasil, Argentina ou México, assumirem papéis de liderança geopolítica.

V. *E pur si muove*: o paradoxo e seu caráter especular

Em contrapartida, os países da América do Sul, relativamente bem-sucedidos na consolidação de suas soberanias e na solução de conflitos no cenário externo, parecem estar mais expostos à violência doméstica e à guerra civil do que os Estados Unidos ou as sociedades europeias desenvolvidas, onde a tendência tem sido à diminuição constante dessas ameaças, à medida que se passa do século XVIII ao XIX, e deste para o XX.⁵⁴ Não há dúvida, como foi visto acima, que os Estados da América Latina, como os de outras regiões do planeta, têm experimentado o pandemônio de guerras interestatais e de invasões estrangeiras, mas a maior parte da violência tem acontecido, até hoje, dentro de suas próprias fronteiras.⁵⁵ Basta lembrar que se os Estados Unidos sofreram 1.100.000 baixas durante a Segunda Guerra Mundial, a população do México diminuiu em 824.000 pessoas em decorrência da Revolução (1910-1920), e enquanto na Guerra do Vietnam (1964-74) morreram 54.000 norte-americanos, o número de colombianos que perderam a vida, em razão de “La Violência” (1948-57), foi de 180.000 pessoas – cifra muito superior à soma das perdas sofridas por todos os exércitos que participaram nas guerras do Pacífico e do Chaco.⁵⁶

Na mesma linha de raciocínio, o interesse secundário que acusam os militares pela possível eclosão de guerras regionais tem sido compensado historicamente por uma obcecada preocupação pela “ameaça interna”. A historiografia sobre Forças Armadas na América Latina tem documentado fartamente a atuação domestica dos militares, interpretando-a como a resultante de condições pretorianas ou, numa perspectiva mais radical, como sendo própria de “forças de ocupação”.⁵⁷ A violência política, umas vezes provocada, outras contida nos limites do jogo estratégico das superpotências, alastrou-se, seguindo os fios do tecido social e as pulsões dos conflitos nacionais em cada Estado.

Envolvida nessa vereda sangrenta situa-se a experiência guerrilheira. Se bem que, na sua origem, a guerra de guerrilha remonta a épocas antigas, na América Latina tornou-se uma peça estrutural do processo político, e esteve presente, com maior ou menor força, em todas as fases de sua história.⁵⁸ Ela se apresenta quase sempre como luta popular, de conteúdo anti-colonial e anti-imperialista, contra o inimigo externo e os grupos domésticos que colaboram com aquele. Desde as guerrilhas de Manuel Rodríguez e Juana Azurduy de Padilla nas lutas pela Independência, passando pela resistência organizada por Benito Juárez contra a invasão francesa, até as guerrilhas comandadas pelo Che, as Forças Armadas Revolucionárias ou o Exército de Liberação Nacional na Colômbia, os Tupamaros no Uruguai, Montoneros, na Argentina, Sandinistas na Nicarágua, Sendero Luminoso no Peru, Kataristas na Bolívia, entre tantas outras, sejam de origem rural ou urbano, possuem quase todas uma feição híbrida, o que torna difícil caracterizá-las apenas como decorrentes de

⁵⁴ Sobre a tendência na Europa, consultar Tilly, 1992.

⁵⁵ López-Alves, 2003, p. 51.

⁵⁶ Scheina, 2003, p. XIV.

⁵⁷ Consultar, por exemplo, Hobsbawm, 1970 e Petras, 1970.

⁵⁸ Ver, por exemplo, Demélas, p. 21.

conflitos civis. A presença da guerrilha denota, com frequência, insuficiente universalização do Estado, o qual é visto como uma entidade estranha pelos grupos locais e, em consequência, carente de sustentação e legitimidade internas, como se constata no desabafo do mонтонero uruguai Aparício Saravia ainda em 1902:

Estou convencido de que os inimigos da nação se aproveitam da confusão existente a respeito da questão Estado. E eu me pergunto o tempo todo que diabos é o Estado... porque a pátria e o Estado não são realmente a mesma coisa. A Pátria somos nós, os bons Orientais, aqui na ⁵⁹ montonera. E o Estado é um comando artificial, feito de papel, sem coração.

Seja como for, a análise do caráter bifronte e duradouro da guerrilha pode fornecer chaves importantes sobre a configuração das relações entre o Estado e a Sociedade nos países da região. Com o fim da Guerra Fria e o esmaecer da Revolução Cubana, a região perdeu sua já minguada relevância para a estratégia geopolítica dos Estados Unidos, e as ditaduras, outrora doutrinadas e armadas pelo Grande Irmão para a defesa da Civilização Cristã Ocidental, recuaram, depois de assombrar seus próprios mentores pelos requintes de crueldade e desvario. O afastamento generalizado, e de certo modo inesperado, das Forças Armadas, até faz pouco um poder fático iniludível na hora de armar os cenários possíveis da política latino-americana, não deixa de ser um divisor de águas com relação a nosso tempo. Tanto assim que, para as jovens gerações de muitos países, o golpe militar passou a ser uma experiência livresca, embora os elementos que o propiciavam não tenham perdido força por igual em toda a região, haja vista a crescente visibilidade das FFAA na sustentação de alguns regimes. E é que as condições promotoras do pretorianismo não desapareceram. Ao contrário, hoje, a linha da instabilidade política continua a se corresponder com a antiga falha que passava pelo Equador, Bolívia, Peru e Argentina, países que, desde a redemocratização, foram responsáveis pela grande maioria dos casos de governos que não completaram seus mandatos.

Durante as últimas décadas, a violência mudou de *genio y figura*, e sob o rótulo insegurança cidadã passou a ser a maior ameaça a democracia, pelo menos na opinião das elites políticas da América Latina.⁶⁰ Embora as estatísticas sobre o conjunto dos países latino-americanos não permitam comparação de tendências seculares com respeito à violência de natureza doméstica, há indícios suficientes para afirmar que a região transita atualmente no sentido oposto ao dos países avançados e, para alguns, já apresenta as piores taxas do planeta. No ano de 1976, cerca de 75% dos sequestros ocorridos no mundo produziram-se na América Latina, apesar de o dinheiro aplicado em segurança privada e pública ter aumentado, superando os gastos em saúde.⁶¹ Em relatório do Global Development Network de 2008 se afirma que:

A taxa de criminalidade na América Latina em conjunto é a mais alta do mundo, e 4 a 5 vezes maior do que a dos países da OECD. Mais de 40% da população da região informou ter sido vítima de um crime no ano anterior ao da pesquisa. Em muitos países, a criminalidade é a preocupação maior entre a população. Mas o que mais surpreende é o grau da violência em alguns países... O número de mortes devidas à violência na América Latina é 200% maior com relação à média da América do Norte, 450% com relação à Europa Ocidental e 30% maior quando comparado com o antigo bloco de países comunistas. Entre os homens jovens, o homicídio é pandêmico; e a probabilidade de um jovem latino-americano ser vítima de homicídio é de 15 a 70 vezes maior do que na América do Norte, na Ásia ou na Europa (Soares; Naritomi, 2008, Apud Centeno, 2009, p. 11-2.)

Em síntese, parece que vivenciamos, aqui, uma situação inversa à decorrente do

⁵⁹ López-Alves, 2001, p. 163.

⁶⁰ IUI, 2007.

⁶¹ Favre, 2002, p. 70-1.

contratualismo hobbesiano: enquanto os Estados se mostram pacíficos e regulados no ambiente externo, eles não conseguem resolver para dentro de suas fronteiras o problema da violência. Na identificação das causas que explicariam esse estado de coisas, alguns autores têm sugerido, a partir das teses propostas por Tilly e outros sobre os países da Europa, que haveria uma conexão causal entre essas duas realidades. Em outras palavras, a incapacidade dos Estados da região para fazer cumprir as leis, proteger as pessoas e controlar seus respectivos territórios estaria fortemente relacionada com o “pacifismo” que eles têm exibido secularmente no cenário internacional ou, nas palavras taxativas de um autor, se deveria a que a América Latina, “é triste dizê-lo, não lutou suficientes guerras”.⁶² Existiria, pois, no mínimo, uma correlação negativa entre belicosidade internacional e fraqueza doméstica, com as correspondentes sequelas de violência nessa esfera.⁶³ Para se chegar a essa conclusão, primeiro se estabelece que os Estados latino-americanos são fracos internamente, e logo se aponta a falta de guerras como causa desse fenômeno generalizado no contexto regional. Mas seria possível inverter a direção da causalidade e argumentar, igualmente, que a fraqueza dos Estados é que explica a falta de guerras – uma inferência que acaba se tornando explícita nesse tipo de análises. Cabe, então, indagar se não estamos diante de um fenômeno especular que nos induz a formular argumentos tautológicos, como apontado na introdução deste trabalho.

VI. O espelho de Alice

Uma forma de sair da trama especular seria considerar, como sugere Centeno, que a *origem* do desenvolvimento estatal bem sucedido não se deve à guerra em si, mas ao fato de ela estar associada ao processo pelo qual um grupo se impõe acima de outros, concentrando o poder e universalizando os fundamentos de sua dominação dentro de um território. Então, a variável política também teria que trabalhar no mesmo sentido das armas em prol da unificação estatal, o que implica na “existência de uma elite disposta ou forçada a aceitar a perda de prerrogativas individuais em função de um bem coletivo” ou, em outras palavras, a presença de uma classe dirigente. Tal coisa não teria ocorrido na América Latina, onde a guerra nunca conseguiu quebrar “o equilíbrio inercial” que existia entre vários poderes e interesses sociais, nem dar à luz, poder-se-ia acrescentar, uma só revolução burguesa.⁶⁴

Argumentos dessa natureza reiteram, mais uma vez, a ideia de que haveria uma falha no nascedouro dos países da região que lhes impediu alcançar o que foi cumprido plenamente pelos países do centro em algum lugar do passado. Semelhante leitura dos fatos reduz a ambição explicativa à tarefa de identificar omissões e lacunas em face de um modelo de Estado cujas condições de emergência são irrepetíveis. Não repara essa perspectiva naquilo que é perfeitamente óbvio: quando os países latino-americanos surgem no cenário internacional, nem o modelo de Estado é o mesmo dos séculos XV ou XVII, nem a guerra pode cumprir a mesma função quando do Tratado de Westfalia. A distinta configuração do sistema internacional na época da Independência colocava outras opções para as elites da região, ao mesmo tempo em que cancelava a possibilidade de repetir a trajetória trilhada pelos seus antecessores europeus. Portanto, é anacrônico e fútil o esforço explicativo que, em vez de identificar os fatores que promoveram a implantação do Estado moderno em circunstâncias históricas tão diferentes às dos séculos XVI e XVII, busca estabelecer se as condições originais estavam presentes na região nas primeiras décadas do século XIX para derivar, a partir daí, um rosário de falhas na sua configuração.

⁶² López-Alves, 2001, p. 171.

⁶³ Centeno, 2002, p. 66.

⁶⁴ Centeno, 2002, p. 163.

Nesse sentido, cabe lembrar que o modelo de Estado, dominante na época da Independência, era distinto do existente na fase germinal, uma vez que, entre seus traços, incluía, além da consolidação de um núcleo de autoridade, os dispositivos constitucionais para limitá-lo, isto é: a distribuição de poderes, o sistema representativo, a garantia dos direitos individuais e, no plano econômico, as instituições do capitalismo. Na medida em que o desafio de implantá-lo equivalia não só pegar o bonde andando, mas fazê-lo pelo carro da frente – o Estado na sua configuração liberal –, o acúmulo de tarefas que havia que realizar simultaneamente explica melhor do que a “falta de guerras” a impressão de “fraqueza” ou de projeto inacabado que acusa, inicialmente, a constituição da estrutura estatal na América Latina. É difícil perceber de que modo mais guerras, em territórios de dimensões quase sempre muito superiores aos da Europa e pouco povoados em grandes extensões, poderiam ter contribuído não apenas para a centralização do poder, mas para o avanço do tipo de Estado, cuja plataforma ideológica se confundia, na mentalidade das elites latino-americanas, com o próprio conceito de Civilização. Por isso, não cabe supor que o papel das guerras seria o mesmo que o protagonizado nos primórdios da Europa moderna. A unificação da Argentina, realizada sob a Constituição de 1853, mostra justamente como duas configurações institucionais disponíveis desde o século XVIII – o federalismo e a representação fiduciária – fizeram o que as armas não tinham conseguido impor em trinta anos de enfrentamentos. Da mesma forma, o anacronismo implícito na perspectiva belicista não consegue explicar por que, hoje, os Estados latino-americanos, não obstante as diferenças de grau, encontram-se, por quaisquer critérios que se os considere, muito melhor plantados no front interno do que no passado, sem que a guerra tenha contribuído para esse corolário na imensa maioria dos casos.

Nos estudos sobre os Estados na América Latina, a concentração apenas na lógica do conflito tem induzido a que se coloque uma ênfase quase exclusiva na variável guerra, quando a cooperação pode ser tanto ou mais importante para entender as características do seu desenvolvimento e consolidação no longo prazo. Seguindo essa pista, seria possível encontrar evidências suficientes para respaldar a idéia de que as interferências mais ou menos explícitas da potência hegemônica nos Estados da periferia, interpretadas quase sempre como um déficit de soberania, podem ter contribuído para seu fortalecimento no interior de seus territórios e, ao mesmo tempo, no ambiente externo.⁶⁵

Apesar do amplo impacto e relativo reconhecimento que tiveram as teorias do imperialismo e da dependência no sentido de mostrar a relevância da conexão externa para a análise dos processos nacionais, hoje estamos teoricamente mais aparelhados para entender os nexos no plano econômico, enquanto continuamos a enquadrar os de natureza política ainda desde a ótica herdada da tradição estado-cêntrica, dominante no pensamento político moderno. Essa perspectiva limitada, como aponta Held, é responsável pela separação que se observa nos campos da teoria política e das relações internacionais – um cenário pouco promissor para elucidar as razões do descompasso entre a paz externa e a violência interna que se verifica na trajetória dos Estados latino-americanos.

VII. Corolário

Nos últimos tempos tem havido muita especulação sobre a existência de uma suposta “corrida armamentista” na região, a qual poderia elevar o risco de ocorrerem confrontos interestatais, especialmente entre países com problemas limítrofes latentes. Na verdade, o fenômeno “armamentista” não parece ser genericamente latino-americano, uma vez que dos

⁶⁵ Ver, por exemplo, Mitre, 1993.

44 bilhões que a região investiu em despesas militares em 2007, mais de 88% foram gastos por países da América do Sul. É nesse grupo que, no período 2003-2007, se verificam os maiores incrementos reais em despesas militares – Venezuela (78,53%), Chile (53%), Equador (49%) – e onde também se encontram os três mais altos orçamentos militares: Brasil, Colômbia e Chile. No último lustro, Chile e Venezuela foram os que mais importaram armas.⁶⁶

No entanto, as evidências empíricas estão longe de suscitar o consenso, dado que, com elas, tanto se pode construir um retrato de “zona militarizada” como de “mar em calma”. Isto se deve, em parte, à dificuldade de estabelecer critérios objetivos a partir dos quais seja possível determinar em que condições um processo de reaparelhamento das Forças Armadas deixa de obedecer a uma dinâmica convencional e passa a expressar a lógica de uma corrida armamentista.⁶⁷ Sob uma ótica retrospectiva, uma parte substancial do aumento dos gastos nesse setor pode ser imputada à necessidade de recompor periodicamente o arsenal depois de uma década de baixos orçamentos militares e parques obsoletos. Em vários casos, a modernização das Forças Armadas continua sendo um *trade-off* entre as esferas civil e militar para manter ocupadas e sossegadas as casernas, enquanto a definição das novas funções das Forças Armadas e da própria política de Defesa Nacional no período pós-Guerra Fria permanecem num limbo institucional em praticamente todos os Estados da região.⁶⁸ Por outra parte, os pólos de maior aparelhamento ocorrem em países com alguma pretensão e condição de incidir no quadro regional, através das novas estruturas, tais como o Conselho Sul-Americano de Defesa dentro de UNASUL, ou mesmo no plano internacional, participando em missões da ONU, ou alcançando o *status* militar standard de país OTAN, como aspira o Chile.⁶⁹ Este país, por exemplo, tem participado, nos últimos tempos, em missões de paz no Iraque, Camboja, Bósnia, Índia, Paquistão, Oriente Médio e Guatemala e, no âmbito da segurança hemisférica, como grande incentivador do desenvolvimento de medidas de Promoção da Confiança Mútua entre os Estados, nas Conferências de Ministros de Defesa das Américas.⁷⁰

Tampouco com relação aos países de maior potencial – Argentina e Brasil – parece haver motivo para sobressaltos. No primeiro caso, contrariamente ao resto dos Estados, observa-se que, apesar do crescimento econômico, houve um decréscimo no orçamento militar entre 2004 e 2007, e o governo, através dos Ministérios de Relações Exteriores e de Defesa, decidiu investir em medidas promotoras de confiança mútua na região, convicto sobre os benefícios da cooperação incrédulo respeito à possibilidade de ameaça externa.⁷¹ Do mesmo modo, a ascensão do Brasil no cenário internacional, longe de catalisar tensões regionais, se faz sobre a plataforma de seu tradicional papel conciliador. É interessante destacar, nesse sentido, que na Declaração da Conferência Especial sobre Segurança Hemisférica, realizada no México em 2003, tanto o Brasil quanto a Argentina “manifestaram enfaticamente a necessidade de priorizar a luta contra a pobreza” como o tema mais sensível em termos de segurança.⁷²

O país que tem causado mais preocupação na opinião pública e recebido maior cobertura na imprensa internacional é a Venezuela, que passou, entre 1998 e 2002, do 56º para o 24º

⁶⁶ Dados recolhidos de Villa, 2008, p. 3-6.

⁶⁷ Ver, por exemplo, Alsina, s/d.

⁶⁸ Sobre esse tema, consultar, por exemplo, Marques, 2003, e Fetherston-Dike, 1996.

⁶⁹ Villa, 2008, p. 10.

⁷⁰ Pérez Yoma, 1999, p. 57.

⁷¹ Villa, 2008, p. 22.

⁷² Bonilla; Cepik, 2004, p. 45.

colocado no ranking de importadores de armas, sendo a Rússia seu principal e praticamente exclusivo fornecedor (93%), em virtude do embargo imposto pelos Estados Unidos ao regime de Chávez. Neste caso, a busca deliberada de liderança e a capacidade de questionar e de propor alternativas regionais à política norte-americana denotam certo distanciamento de sua pauta histórica, mas não apontam no sentido de uma ruptura com relação à tendência pacifista da região. A percepção de ameaça relaciona-se mais a dimensões domésticas (pactos civil-militar), guerrilha, crime organizado, narcotráfico, todos com potencial de provocar tensões fronteiriças, mas com poucas chances de derivar em guerras interestatais. Sob esse prisma, parece um exagero interpretar o aumento nos gastos militares da Venezuela como a quebra de “um inefável equilíbrio estratégico sul-americano – conceito de limitada utilidade no contexto da existência de relações políticas cooperativas entre os países da região”.⁷³ Em síntese, a afirmação feita pelo ministro da Defesa Nacional do Chile, Pérez Yoma, no mesmo ano da chegada de Chávez ao poder, ainda continua a estar mais próxima da realidade do que o discurso alarmista que enxerga guerra ao dobrar da esquina: “América Latina e Caribe são atualmente a região mais estável do mundo, considerando indicadores tais como não proliferação e o gasto em defesa; enquanto os principais conflitos interestatais têm sido administrados ou mesmo resolvidos através do diálogo, a negociação e o Direito Internacional”.⁷⁴

Dirigindo-se a *Nuestra América*, José Martí aconselhava que “os povos que não se conhecem devem apressar-se em se conhecer”.⁷⁵ E hoje, mais do que nunca, o conhecimento mútuo, respaldo do diálogo construtivo, deve se constituir na estratégia privilegiada para alcançar, se não a paz perpétua, pelo menos para refrear os nacionalismos de espírito belicoso e os excessos da ideologia. Afortunadamente, ao longo do século XX e no que já se passou deste, o espectro da guerra entre Estados não deixou de se afastar da terra latino-americana. Esse é um tesouro de que se deve cuidar como a herança mais rica para as gerações vindouras, e como o melhor exemplo que se pode dar às outras regiões do planeta. Sem embargo, a tarefa de assegurar essa trajetória e fortalecê-la exige que se encare, com as armas do bom senso e da justiça, a carga de problemas ainda pendentes, cujo peso, a continuar em aumento, pode comprometer as delicadas asas da paz.

⁷³ Alsina, s/d.

⁷⁴ Pérez Yoma, 1999, p. 58.

⁷⁵ Martí, 1991, p. 194.

Referências bibliográficas

- Alberdi, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.
- Alsina, João Paulo Soares. “Corrida armamentista na América do Sul: falácia conceitual e irritante político”. www.seguridadregional-fes.org/upload/4062-001_g.pdf s/d Consultado em 22/10/2009.
- Baptista Gumucio, Mariano. *Chile- Bolívia: la agenda inconclusa*. Santiago: LOM, 1999.
- Bonilla, Adrián; Cepik, Marco. “Seguridad andino-brasileña: conceptos, actores y debates”, In: Cepik, Marco; Ramírez, Socorro (Ed.). *Agenda de seguridad Andino-Brasileña*. Bogotá: Frederich Ebert, 2004.
- Bravo, Carmen Gloria. “Caracoles: un capítulo de la historia chileno-boliviana” (manuscrito).
- Bravo, Carmen Gloria. *La Flor del Desierto*. El mineral de Caracoles y su impacto en la economía chilena. Santiago de Chile: DIBAM, LOM Ediciones, 2000.
- Bushnell, David; Macaulay, Neill. *The emergence of Latin America in the Nineteenth Century*. Oxford University Press, 1994.
- Cannabrava, Ivan (Embaixador). “O processo de paz Equador - Peru: 1995-1998”. Silva, Raul M. (Org.). *Missões de paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais* http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo11.html s/d Consultado em 20/10/2009.
- Centeno, Miguel Angel. *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. The Pennsylvania State University, 2002.
- Centeno, Miguel Angel. “The State in Latin América”. 17/6/2009. <http://www.princeton.edu/~cenmiga/works/The%20State%20in%20Latin%20America.pdf> Consultado em 29/9/2009.
- Centeno, Miguel Angel; López-Alves, Fernando (Ed.). *The other mirror. Grand Theory through the lens of Latin America*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- Chiavenatto, Julio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Demélas, Marie-Danielle. *Nacimiento de la guerra de guerrilla*. El diario de José Santos Vargas (1814-1825). La Paz: Plural, 2007.
- Donghi, Tilio Halperin. *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1975.
- Earle, Rebecca. *The Return of the Native*. Indians and myth making in Spanish America, 1810-1930. Duke University Press, 2000.

Favre, Henri. *América Latina frente al desafío del neoliberalismo*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2002.

Fetherston-Dike, Natalia. “Política de defensa y transición en Argentina y Chile”. *Análisis FASOC*, Año 11, n. 12, abril-junio, 1996.

Gobierno del Perú. *Estado de la operación de compra y explotación de las salitreras de Tarapacá por el gobierno del Perú*. Lima: Imprenta La Patria, 1878.

González Miranda, Sergio. *El dios cautivo. Las Ligas Patrióticas en la chilenización compulsiva de Tarapacá*. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

González, Juan Natalicio. *El Paraguay Eterno*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 1986. In: Liliana M. Brezzo. “La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/v.1/v.7_atg3.htm

Grez Toso, Sergio. *La “cuestión social” en Chile*. Ideas y debates precursores (1804-1902), (Compilación y estudio crítico). Santiago: Dirección de Archivos, Bibliotecas y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1995.

Held, David. “Introduction”. In: Held, David (Ed.). *Political Theory Today*. Stanford University Press, 1991.

Hobsbawm, Eric, “Os golpes militares da classe média”. In: Veliz, Claudio (org.). *América Latina estruturas em crise*, São Paulo, 1970.

Instituto Universitario Iberoamericano (IUI). *Elites Parlamentarias Latinoamericanas*, Brasil 2003-2007. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007.

Klein, Herbert S. “El impacto de la Guerra del Pacífico en la política boliviana” (manuscrito).

Klein, Herbert S. *A Concise History of Bolivia*. Cambridge University Press, 2003.

Koshiba, Luiz; Pereira, Denise Manzi Frayze. *Américas: uma introdução*. São Paulo: Atual, 1992.

Langer, Erick D. Integración económica en el desierto de Atacama, antes y después de la guerra del Pacífico” (manuscrito).

López-Alves, Fernando. “The transatlantic bridge: mirrors, Charles Tilly, and State Formation in the River Plate”. In: Centeno, Miguel Angel; López-Alves, Fernando, 2001.

López-Alves, Fernando. *La formación del Estado y la democracia en América Latina*. Bogotá: Norma López-Alves, 2003.

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Escritos políticos. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Marques, Adriana, A. “Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-Guerra Fria”, *Revista de Sociología e Política*, nº 20, junho 2003, p. 69-85.

Martí, José. *Nossa América. Antologia*. São Paulo: Hucitec, 1991.

Mc Evoy, Carmen “¿República Nacional o República Continental? El discurso republicano durante la Guerra del Pacífico, 1879-1884”. In: Mc Evoy, Carmen; Stuven, Ana María (eds.). *La República Peregrina: Hombres de armas y letras en América del Sur, 1800-1884*, Lima: Instituto de Estudios Andinos e Instituto de Estudios Peruanos, 2006a.

Mc Evoy, Carmen. “Chile en el Perú: guerra y construcción estatal en Sudamérica, 1881-1884”. *Revista de Indias*, v. LXVI, n. 236, 2006b.

Mesa, José de; Gisbert, Teresa; Mesa Gisbert, Carlos D.. *Historia de Bolivia*. La Paz: Editorial Gisbert, 1997.

Mitre, Antonio. *El enigma de los hornos. La Economía Política de la fundición de estaño. El proceso boliviano a la luz de otras experiencias*. La Paz: Asociación de Mineros Medianos & ILDIS, 1993.

Mitre, Antonio. *Nosotros que nos queremos tanto. Estado, modernización y separatismo: una interpretación del proceso boliviano*, Santa Cruz: El País, 2008.

Morris, James O. *Las elites, los intelectuales y el consenso*. Estudio de la cuestión social y el sistema de relaciones industriales en Chile, Santiago: Editorial del Pacífico, 1967.

Ortega, Luis Martínez. *Chile en ruta al capitalismo. Cambio, euforia y depresión*, Santiago, DIBAM-LOM, 2005.

Pérez Yoma, Edmundo. “La defensa nacional de Chile y la globalización”. Fasoc, Año 14, nº 4, octubre-diciembre, 1999.

Petras, James. *América Latina: reforma o revolución?* Buenos Aires: Biblioteca de Ciências Sociales, 1970.

Scheina, Robert L. *Latin America's Wars. The Age of the Professional Soldier, 1900-2001*. v. 2, Washington DC: Brassey's Inc., 2003.

Sicotte, Richard; Vizcarra, Catalina; Wandschneider, Kirsten, “The fiscal impact of the War of the Pacific”. *Cliometrica* (2009) 3: 97-121.

Soares, Rodrigo; Naritomi, Joana. “Understanding High Crime Rates in Latin America”. GDN Conference, 2008.

Stuart, Graham H. *The Department of State. A History of Its Organization, Procedure, and Personnel*. New York: The MacMillan Company, 1949.

Tilly, Charles. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1992*. Cambridge: Blackwell, 1992.

Villa, Rafael Duarte. “Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares”. *Estudos e Cenário*, Dezembro de 2008. Observatório Político Sul-Americano. <http://observatorio.iuperj.br> Consultado em 12/10/2009.

Anexo 1

Perdas humanas nas guerras com participação das potências europeias, 1618-1953

Guerra	Mortos em batalha	Principal Acordo
Dos Trinta Anos (1618-48)	2.071.000	Tratado da Westfália
Franco-Espanhola (1648-59)	108.000	Tratado dos Pirineus
Otomana (1657-64)	109.000	Trégua de Vasvar
Franco-Holandesa (1672-8)	342.000	Tratado de Nimwegen
Otomana (1682-99)	384.000	Tratado de Karlowitz
Liga de Augsburg (1688-97)	680.000	Tratado de Ryswick
Sucessão Espanhola (1701-13)	1.251.000	Tratado de Utrecht
Sucessão Austríaca (1739-48)	359.000	Tratado de Aix-la-Chapelle
Dos Sete Anos (1755-63)	992.000	Tratados de Paris, Hubertusburg
Otomana (1787-92)	192.000	Tratado de Jassy
Revolução Francesa (1792-1802)	663.000	Tratado de Amiens
Napoleônicas (1803-15)	1.869.000	Congresso de Viena
Da Crimeia (1853-6)	217.000	Congresso de Paris
Franco-Prussiana (1870-1)	180.000	Tratado de Frankfurt
Russo-Turca (1877-8)	120.000	Tratado de Santo Estéfano, Congresso de Berlim
Primeira Guerra Mundial (1914-8)	7.734.300	Tratados de Brest-Litovsk, Versalhes, Saint Germain, Neuilly, Trianon
Sino-Japonesa (1937-41)	250.000	Nenhum: confluiu para a Segunda Guerra Mundial
Segunda Guerra Mundial (1939-45)	12.948.300	Nenhum acordo
Da Coreia (1950-3)	954.960	Armistício: nenhum acordo

Fonte: Tilly, 1992, p. 165-6.

Anexo 2

Invasões, intervenções ou bloqueios promovidos por potências estrangeiras em países latino-americanos, século XIX

1829	Guerra México x Espanha
1833	Estados Unidos desembarcam tropas em Buenos Aires
1835-6	Estados Unidos desembarcam tropas em Callao e Lima
1836	Guerra de Texas, México
1837	Guerra dos pasteis, França x México
1838-40	Bloqueio francês à Argentina
1845-8	Bloqueio francês e britânico à Argentina
1846-8	Estados Unidos x México
1852-3	Estados Unidos desembarcam tropas na Argentina (duas vezes)
1853	Estados Unidos desembarcam tropas na Nicarágua
1854	Estados Unidos desembarcam tropas na Nicarágua
1855	Estados Unidos desembarcam tropas no Uruguai
1856	Estados Unidos desembarcam tropas no Panamá
1857	Estados Unidos desembarcam tropas na Nicarágua
1858	Estados Unidos desembarcam tropas no Uruguai
1859	Exibição de poderio naval dos Estados Unidos no Paraguai
1860	Estados Unidos desembarcam tropas no Panamá
1861	Intervenção no México por parte da França, Grã Bretanha e Espanha
1861-7	Ocupação francesa do México. Guerra Franco-Mexicana
1861-5	Reocupação espanhola de São Domingos
1864-6	Espanha x Peru
1865-6	Espanha x países do Pacífico (Peru, Chile, Bolívia, Equador)
1865	Estados Unidos desembarcam tropas no Panamá
1868	Estados Unidos desembarcam tropas no Uruguai
1868	Estados Unidos desembarcam tropas na Colômbia
1885	Estados Unidos desembarcam tropas no Panamá
1888	Estados Unidos desembarcam tropas no Haiti
1890	Estados Unidos desembarcam tropas navais em Buenos Aires
1891	Estados Unidos desembarcam tropas no Haiti
1891	Estados Unidos desembarcam tropas no Chile
1894	Estados Unidos desembarcam tropas navais no Rio de Janeiro
1895	Estados Unidos desembarcam tropas na Colômbia
1896	Estados Unidos desembarcam tropas na Nicarágua
1898	Estados Unidos desembarcam tropas na Nicarágua
1898-9	Guerra Espanha x Estados Unidos, Cuba

Fonte: López-Alves, 2003, p. 70-1.

